

À margem da dívida externa

Barbosa Lima Sobrinho

O plano de conversão da dívida externa em capital de risco já teve efeito imediato, não diremos favorável, criando clima de especulação nas bolsas brasileiras. Os especuladores estão vivendo um momento de euforia e deslumbramento. O que valeu para demonstrar como era valioso o patrimônio de que o Brasil está se desfazendo. As ações da Petrobrás, tão criticadas dentro de nossas fronteiras, conquistam cotações impressionantes. Valendo tudo para que se veja, mais uma vez, como aprovação dos que temiam encontrar, no plano de conversão, mais um expediente para a vitória da desnacionalização de nossa economia, ao que parece, tão do agrado das autoridades governamentais que, no momento, respondem pela nossa economia.

Nos planos de privatização adotados na Inglaterra e na França, houve a preocupação essencial de afastar a ameaça da desnacionalização de empresas vinculadas à tradição industrial dos dois países. E, de certa forma, o plano concorria para o afastamento do capital estrangeiro, graças à presença considerável de disponibilidades de capital privado inglês e francês, para a compra das ações vendidas. E tanto na Inglaterra, como na França, os tomadores eram nacionais desses países, em grande maioria, de modo que empresas tradicionais, como a Gobelin gaulesa, tornaram-se, talvez, mais francesas com a privatização e com a mobilização de capitais privados.

Será possível chegar ao mesmo resultado no Brasil? É evidente que não, e a corrida atual contra a Petrobrás deixa mais a impressão de um leilão do que de uma privatização cautelosa e prudente, surgindo na operação o fantasma da desnacionalização, que pouco a pouco parece conquistar o plano da conversão da dívida externa em capital de risco. Por sinal que, na essência, um plano ilusório, desde o começo. O General Andrada Serpa, nos seus estudos minuciosos, chega à conclusão de que, com quatro ou cinco bilhões de dólares, poderiam ser adquiridas as principais estatais brasileiras, tomando por base o que já se verificou com a transferência de uma terça parte da Companhia Vale do Rio Doce. E que significação teria uma redução de 4 ou 5 bilhões de dólares, numa dívida que já está em 120 bilhões de dólares?

Nada mais, como estamos vendo, do que uma redução de 4%, numa dívida cujo montante já está acima das possibilidades de pagar do devedor. Fizemos o sacrifício de desnacionalizar as nossas principais estatais, sem qualquer proveito para o país que, com uma dívida de 115 bilhões de dólares, no momento, encontrará as mesmas dificuldades que teria para resgatar uma dívida de 120 bilhões de dólares. Nem chegará a ter impressão da diferença.

Quando o essencial, no problema da dívida externa, é a redução dos juros, que vão criando e alimentando aumentos futuros, num país em luta com a inadimplência, de tal modo que se chega à conclusão de que nem adianta pagar, numa dívida que não pára de crescer, em função dos contratos firmados e até mesmo do foro estabelecido para o julgamento das divergências, numa capitulação que não significa senão o regresso à fase colonial.

Cheguei a essa conclusão da inutilidade dos pagamentos, em face de números fornecidos pelo próprio Banco Mundial. Basta dizer que de 1982 a 1986, durante cinco anos, o Brasil pagou não menos de 73 bilhões de dólares, somando os 20 bilhões de 1982 às parcelas de cerca de 13 bilhões nos anos seguintes, até alcançar aqueles 73 bilhões em cinco anos. E ainda há, por aí, quem diga, e repita, que o Brasil é um país pobre, sem poupanças, e que por isso depende do capital externo. Ninguém parece sequer imaginar o que se poderia conseguir com esses 73 bilhões de dólares, investidos no desenvolvimento brasileiro. Setenta e três bilhões e seiscentos e trinta e quatro milhões de dólares, para registrar, fielmente, o total de nossos desembolsos, nesses cinco anos de sacrifícios, de 1982 a 1986.

E qual o resultado desse imenso esforço? Os números nos revelam que, se houvéssimos adotado o modelo japonês (o capital se faz em casa), esses 73 bilhões se teriam transformado em poupança, para financiar o desenvolvimento econômico brasileiro. Quando, na verdade, os pagamentos realizados não tiveram a virtude de reduzir o montante da dívida existente. Vamos recorrer, mais uma vez, aos números do Banco Mundial, para verificar que, não obstante o desembolso de 73 bilhões de dólares, a dívida passava a 97 bilhões em 1983, 103 bilhões em 1984, 106 bilhões em 1985, para chegar a 110 bilhões em 1986. Tudo isso sob a responsabilidade de uma administração financeira que ainda se orgulhava de seu desempenho, como nos revelam Sebastião Nery e Alencar Furtado, no livro *Crime e Castigo da Dívida Externa*, resultado de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, realizada com a colaboração de uma excelente assessoria, presidida pelo Reitor da Universidade de Brasília, contando ainda com os depoimentos magistrados dos mais conceituados economistas brasileiros. "A verdade (dizem os autores dessa obra notável) é que, em 1973, as advertências quanto ao risco dessa armadilha financeira, que se estava armando no país, eram rejeitadas arrogantemente, com a afirmativa de que o Brasil dispunha do melhor sistema de administração da dívida externa do mundo. Mais ainda, dizia-se que havíamos tido tal genialidade, no curso de um conjunto de regras que, quando a inflação americana se elevou, no início dos anos 70, houve alguém que até imaginou poderia dar algum auxílio técnico aos americanos, para aprenderem a lidar com o processo inflacionário."

O resultado aí está, como consequência de uma administração financeira tantas e tantas vezes arrogante e chocarreira. Estamos diante de uma dívida que não podemos pagar, enfrentando juros escorchantes, tudo sujeito ao julgamento de um foro estrangeiro, como nos tempos da colônia. E levados a adotar soluções que podem acarretar o empobrecimento do patrimônio brasileiro, sem esquecer as ameaças de retaliação, que nunca desapareceram de nossos horizontes comerciais.

Tudo isso para quê? Para assumir a responsabilidade de uma dívida imensa, sem ter o direito de perguntar quantos, desses 120 bilhões de dólares, se aplicaram, realmente, no desenvolvimento econômico do Brasil.